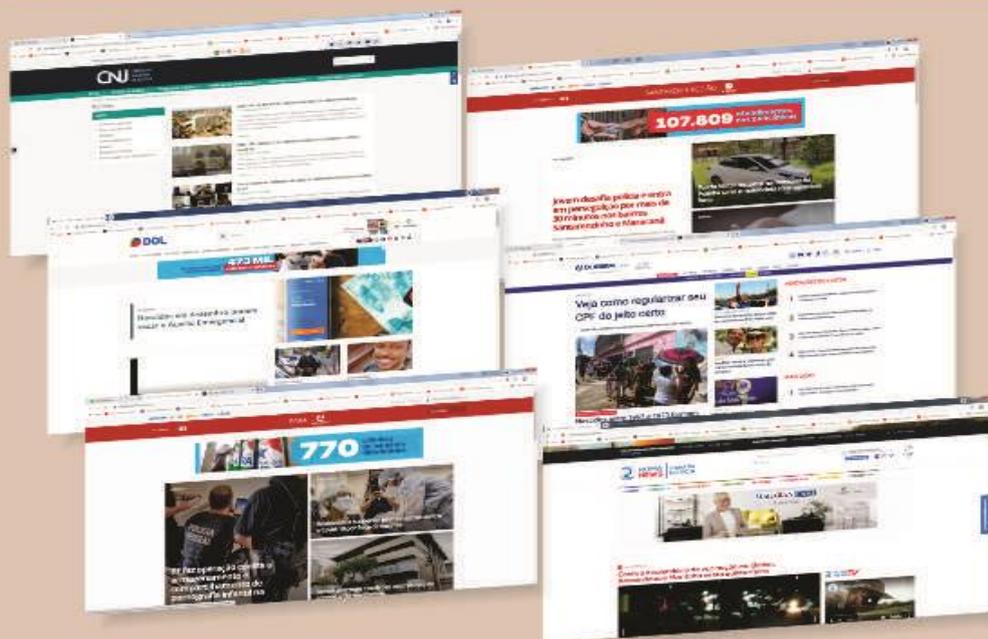




CLIPPING



12 e 13 de
Fevereiro
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> CONFLITO TERRAS

A empresa Agropalma e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), foram acionados pela Defensoria Pública do Estado (DPE) do Pará em uma ação civil pública para que seja solucionado o conflito agrário na comunidade quilombola de "Nossa Senhora da Batalha", situada na zona rural do município de Acará, no nordeste paraense. Segundo a denúncia, no último dia 8, guardas patrimoniais da Agropalma, armados e encapuzados, impediram a passagem de moradores em estradas que são usadas pela comunidade, inclusive uma via que passa pelo cemitério onde os corpos de membros de cinco comunidades quilombolas estão enterrados.

QUILOMBOLAS

Na ação, a DPE pede a intervenção da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários e requer, ainda, que a Justiça determine a abertura das estradas e ramais de uso comunitários às margens do rio Acará e Igarapés, incluindo a retirada das placas proibitivas de caça e pesca, base de subsistência de dezenas de povos, permitindo o livre acesso às comunidades tradicionais. Além disso, a ação solicita que o Iterpa reconheça a propriedade coletiva da terra rural aos quilombolas, sob a região controlada pela empresa Agropalma. Determina, ainda, multa de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

ORIGEM

A DPE acompanha o caso desde 2020, mas, segundo a ação judicial, esse conflito é antigo e teve início na década de 1980, quando quilombolas começaram a ser expulsos da região, dando origem às disputas pelas terras públicas hoje controladas pela Agropalma, envolvida em prática de grilagem desse mesmo território. Desde 2016, tramita no Iterpa o processo administrativo de regularização fundiária, iniciado com relatos de que os povos tradicionais começaram a ser expulsos de suas áreas por volta de 1980 por fazendeiros e, posteriormente, pela própria empresa.

> FAMÍLIAS MOBILIZADAS

A Guarda Municipal de Belém e a Secretaria Municipal de Habitação têm tido trabalho com um grupo que quer invadir o residencial "Viver Outeiro", na capital paraense. Os invasores já chegaram duas vezes durante a madrugada, em dois ônibus lotados. A vigilância da construtora acionou a Polícia Militar e a Guarda Municipal, que impediram a ocupação. Esta semana, a Caixa, que é responsável pela obra, conseguiu uma decisão judicial que autoriza a retirada de invasores e estabelece multa de mil reais por dia para cada ocupante, em caso de invasão. Mesmo assim, as famílias pré-selecionadas para os 960 apartamentos seguem aflitas e se revezam no local, com medo de perder a casa própria no residencial que já tem mais de 95% das obras executadas e previsão de entrega para este ano.

> RETIRADA CRÉDITO

O Ministério Público Federal pediu à Justiça que a Caixa seja obrigada a retirar imediatamente da Serasa e de outros órgãos de proteção ao crédito os nomes dos servidores que atrasaram o pagamento de empréstimos em folha por culpa da Prefeitura de Juruti. A prefeitura havia se comprometido com a Caixa em descontar dos salários dos funcionários os valores das parcelas dos empréstimos, para depois transferir o montante para o banco federal. O município, no entanto, desconta os valores e não repassa o dinheiro para a Caixa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

O Ministério Público do Pará expediu uma recomendação conjunta aos municípios de Belém e Ananindeua e ao Estado referente à prorrogação do funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba. Ao todo, cinco promotores e um procurador assinam a recomendação requerendo a adoção de providências e a entrega de estudos sobre Diagnóstico, Diagnóstico Social, Avaliação Territorial e Projeto de Implementação e Ampliação da Coleta Seletiva, além de cobrar as duas reuniões bimestrais pendentes. O prazo de vigência do aterro termina em 31 de agosto de 2023.

TRIBUNAL

Os advogados Rafael Fecury Nogueira (com 20 votos) e Alex Potiguar (15 votos) foram escolhidos para complementar a lista tríplice para a vaga de membro efetivo, na classe jurista, do Tribunal Regional Eleitoral. O cargo ficou vago em razão do término do biênio da advogada Luzimara Costa Moura. A lista será encaminhada pelo TJPA ao TRE-PA, a fim de que a presidência da Corte Eleitoral envie ao TSE, em Brasília. O presidente da República dará a palavra final sobre a escolha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

'OPERAÇÃO CERBERUS' PC E PM APREENDEM ARMAS E DROGAS

Um homem foi preso em flagrante por portar armas e drogas. As diligências realizadas em Marituba nesta sexta-feira vão continuar com foco em indiciados pelos crimes de tráfico de drogas, entre outros



A ação policial visa cumprir mandados de prisão contra traficantes, assaltantes e assassinos em Marituba. FOTO: DIVULGAÇÃO

AÇÃO CONTRA A CRIMINALIDADE

A Polícia Civil, por meio da Superintendência da Região Metropolitana (2ª Risp) e Seccional Urbana de Marituba, na Grande Belém, deflagrou, na manhã desta sexta-feira (11), mais uma etapa da "Operação Cerberus". O objetivo é o de dar cumprimento a mandados de prisão pelos crimes de tráfico de drogas, roubo e homicídios.

As diligências iniciaram por volta das 6h, e também contaram com militares do 21º Batalhão de Polícia Militar (21º BPM) e Batalhão de Ações com Cães da PM (BAC). Nesta sexta-feira, um homem foi preso em flagrante por estar com armas e drogas.

O delegado Roberto Gomes, superintendente da Polícia Civil na Região Metropolitana de Belém, destacou a importância da operação. "Estamos dando continuidade às ações que visam a levar mais segurança para a população e reduzir cada vez mais a criminalidade na região metropolitana", destacou.

O delegado Geral da Polícia Civil, Walter Resende, ressaltou o trabalho conjunto dos órgãos públicos, citando o TerPaz. "Marituba é um município que pertence ao programa Territórios pela Paz e o Estado seguirá firme combatendo o tráfico de drogas e trabalhando para a redução da criminalidade".

Ao todo, 35 representantes da Segurança Pública, entre eles, policiais civis e militares, estiveram na ação.

OPERAÇÃO CERBERUS

Desde o mês de janeiro, já foram efetuados 11 cumprimentos de mandados de prisão e recaptura. Neste mês de fevereiro, ações da operação já resultaram na prisão de quatro pessoas, além da apreensão de três armas e entorpecentes.

As diligências vão continuar para localizar e prender indiciados pela Justiça pelos crimes de tráfico de drogas, roubo, homicídios, entre outros delitos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> CONTAS CLASSIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) definiu uma nova classificação das prestações de contas anuais de gestores públicos. As mudanças já valem para exercício deste ano, nas prestações de contas a serem encaminhadas pelos ordenadores de despesas pertencente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Pará. A nova classificação, proposta pela secretaria de Controle Externo do TCE, confirma a atualização contínua dos cadastros dos órgãos que devem prestar contas à Corte, e está de acordo com as mais recentes alterações na estrutura administrativa do Estado, que garante mais transparência à fiscalização das contas públicas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



VEJA MAIS

Use um leitor de QR Code para acessar o conteúdo multimídia.



Cemitério é uma prova de que os quilombolas ocupam o território há várias gerações

PARÁ

Agropalma isola e intimida

QUILOMBOLAS



“Sabemos do nosso direito. Eles passaram por cima das recomendações (do Ministério Público do Pará). Rasgaram a Constituição Federal.”

TENSÃO - Empresa usa contêineres e cava buracos para bloquear acesso de comunidade no nordeste do Estado

José Joaquim Pimenta
Presidente da ARQVA

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

Com um longo histórico de denúncias e processos na justiça sobre danos ao meio ambiente, grilagem de terra e desrespeito aos direitos humanos de populações tradicionais, a empresa Agropalma protagonizou mais um capítulo de afronta a moradores da região onde atua. Os membros da comunidade quilombola Nossa Senhora da Batalha, no limite entre os municípios do Acará e Tailândia, no nordeste do Pará, foram surpreendidos na semana passada quando a empresa colocou, nos acessos àquela comunidade, grandes contêineres para impedir saída e entrada. Agora os quilombolas estão com dificuldades para comprar comida e remédio, e tiveram o acesso ao rio bloqueado.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

As compras são feitas na Vila dos Palmares, que fica em Tailândia, a 9 km daquela comunidade. O percurso é feito principalmente em motos. Para impedir o deslocamento dos moradores, a empresa também mandou cavar grandes buracos. Como forma de intimidação, é frequente a presença de seguranças armados na área, além de drones que vigiam os quilombolas.

"Sabemos do nosso direito. Eles passaram por cima das recomendações (do Ministério Público do Pará). Rasgaram a Constituição Federal", diz o presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará (ARQVA), José Joaquim Pimenta. A entidade luta pela titularidade definitiva do território. Na área reocupada pelos quilombolas há crianças, idosos e doentes. "Eles estão presos. É um cárcere privado", denuncia.

O cemitério da comunidade conta com 150 sepulturas identificadas, onde foram enterrados os corpos dos familiares dos quilombolas, o que comprova que eles ocupam o território há várias gerações. "Meu pai, tio e sobrinho estão enterrados aqui", diz Ana da Silva.

De acordo com relatório elaborado por pesquisadores da Univer-



José Joaquim Pimenta afirma que os quilombolas estão presos, em "cárcere privado"

sidade Federal do Pará (UFPA), há quatro cemitérios nas áreas ocupadas pela Agropalma. Três deles são áreas quilombolas e uma é indígena, da etnia Tembé.

Relatos de várias pessoas que antes moravam na região à beira do rio apontam que a gigante do agronegócio nega o direito de se prestar homenagem aos parentes que jazem ali. "Essa proibição deles homenagearem seus mortos é um grande trauma coletivo", afirma Elielson Silva, doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal

do Pará (Naea/UFPA) e pós-doutorando em Antropologia pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

O idoso Raimundo Serrão, que tem uma deficiência física, conta: "Eles (os seguranças) têm armas. Nossa arma é a malhadeira para pegar peixe, o machado para rachar a lenha. Esse território é nosso. Temos parentes enterrados aqui". Ainda segundo ele, os moradores que conseguem sair da comunidade, onde foram erguidos 28 barracos cobertos por lona, não conseguem retornar. "Os seguranças não deixam".

Crianças doentes ficam sem tratamento

Raimundo Serrão conta que as crianças passaram mal, com dor de barriga e diarreia, pois beberam a água do rio Acará. "Não tivemos acesso pra comprar o remédio. Falamos pro chefe da empresa aí no dia em que eles estavam cavando o buraco. 'E se essas crianças adoecerem?'. Ele disse: 'Não tô nem aí'".

Para driblar a segurança armada, os moradores criam rotas alternativas, por dentro da mata, onde há animais selvagens e peçonhentos. Quando conseguem superar os obstáculos, eles vão até a Vila dos Palmares para comprar comida e medicamentos. Para voltar, deixam as motos na casa de algum amigo, na vila, e seguem a pé, pois é mais fácil driblar a segurança, mesmo aumentando o risco de ataque por animais.

Os seguranças também montaram uma base na área, para acompanhar de perto

a passagem dos moradores. Antes do bloqueio, o trajeto do quilombo até a Vila dos Palmares durava 20 minutos de moto. Agora, se quiserem ir pelo rio, de canoa, levam mais de oito horas para ir e voltar.

O lavrador José Antonio Saraiva, de 42 anos, conta que a esposa nasceu e foi criada "nessa beira de rio aí". "No domingo fomos lá para dentro tomar posse do que é da gente. Quando a gente veio de lá, para ter acesso na vila, já tá 'mina' (muitos) de segurança armado, para impedir a gente de passar. Já cavaram um imenso buraco, pra gente não passar", diz. "Tem muita gente lá que não tem mais comida. Lá tem criança, idoso, gente que precisa de remédio. Minha mulher toma remédio pra pressão alta, diabete. Estamos esperando que a Justiça tome providência, para gente ter acesso livre".

Leia mais na página 13.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Comunidade denuncia violação dos direitos de locomoção, moradia e alimentação

AGROPALMA

MPPA AJUZIZA AÇÃO
CONTRA EMPRESA

JUSTIÇA - Medida objetiva a proteção dos direitos humanos fundamentais das comunidades quilombolas

DILSON PIMENTEL
DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado (MPPA), por meio da promotora de Justiça

lias quilombolas ou de outros coletivos, ou em áreas que devam fazer uso para sobrevivência, atividades de pesca, caça, coletas de frutas, frutos e sementes.

Promotoria de Justiça Agrária da 1ª Região, sediada em Castanhal, recomendou à Agropalma a adoção de medidas que não obstaculizassem, impedissem ou restrin-



Empresa mandou cavar grandes buracos para impedir deslocamento

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Agrária de Castanhal em exercício, Herena Corrêa de Melo, ajuizou na quinta-feira (10) ação civil pública de obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada de urgência e decretação de medidas protetivas, contra a Agropalma.

A ação objetiva a proteção dos direitos humanos fundamentais das comunidades quilombolas de Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Alto Rio Acará, e outras que estão tendo seus direitos de locomoção, vida, moradia, alimentação e "acesso a serviços públicos violados sistematicamente pela empresa Agropalma, na divisa dos municípios de Acará e Tailândia no Estado do Pará, local identificado como Vale do Alto Rio Acará, perímetro e proximidade da denominada Fazenda Roda de Fogo".

Na ação o MPPA requer, liminarmente, que a Justiça determine à empresa a reconstrução das vicinais que foram destruídas ou obstaculizadas. E que a Agropalma retire imediatamente o efetivo de pessoal de segurança ou agentes prepostos que se encontram na área ocupada ou área de uso comum das famí-

Além disso, é exigido que a empresa remova imediatamente todos os obstáculos (máquinas e contêineres) utilizados para impedir o acesso livre daquelas pessoas na área, bem como retire todo e qualquer dispositivo de segurança que impeça o acesso ao rio pelas comunidades tradicionais da Vila da Balsa, Turiaçu, Palmares e outras.

O MPPA requer ainda que a Justiça aplique medidas protetivas em favor dos comunitários do território, para que a Agropalma, seus representantes e prepostos mantenham distância mínima de 500 metros daquelas pessoas.

Em caso de descumprimento de quaisquer determinações, o MPPA pede que a empresa seja condenada a pagar multa civil no valor de R\$ 100 mil por dia. Na ação, a promotora Herena Corrêa de Melo diz que "os quilombolas são ocupantes tradicionais daquele território, se movimentam ali há décadas, tendo seus direitos de livre ocupação restringidos pelas fraudes documentais perpetradas naquelas áreas por inúmeros atores".

O MPPA, por meio da

gisse o tráfego de comunitários do Alto Rio Acará pela estrada que dá acesso ao cemitério da antiga Vila Nossa Senhora da Batalha, localizado às margens do rio Acará,

Seguranças contratados pela Agropalma com frequência intimidam e ameaçam as famílias

e ao rio Acará no município do Acará/Tailândia, com a finalidade de assegurar direitos de locomoção e liberdade religiosa, crença e consciência, "no que foi ignorado pela empresa, conforme se comprova dos termos de declarações, áudios e vídeos juntados ao procedimento administrativo".

Seguranças contratados pela Agropalma constantemente intimidam e ameaçam as famílias com violência moral, com a utilização ostensiva de armas de fogo, e fazem vigilância ostensiva.

FRAUDES E SUBORNO

● Reportagem da Carta Capital informa que além de os quilombolas e indígenas expulsos de seus territórios viverem sob vigilância e terem as águas contaminadas, os moradores e pequenos proprietários de comunidades da região são usados para trabalho escravo.

● De acordo com Marques Casara, jornalista e diretor executivo do Instituto Papel Social, agência especializada em investigação de cadeias produtivas, de todas as empresas que atuam na região, "a Agropalma é a empresa mais criminosa dessas todas. Ela opera com fraudes, ela opera com suborno e ela opera com contratos desumanos que maquiavam o trabalho escravo. Este é o cenário".

● Casara diz que o trabalho infantil é uma prática generalizada em toda a área, e em diversas empresas que atuam na produção de óleo de palma no nordeste do Pará, incluindo a Agropalma: "opera-se ali um discurso ilegal de que isso meio que faz parte do dia a dia das famílias. Que as crianças só vão para ficar junto, que elas não trabalham".

Conflito tem origem nas disputas por terras públicas

A Defensoria Pública do Pará (DPE) ajuizou Ação Civil Pública contra o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e a empresa fornecedora de óleo de dendê Agropalma requerendo intervenção da Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (Deca) em conflito agrário na antiga comunidade Nossa Senhora da Batalha, terra rural tradicional quilombola.

Na ação, a DPE requer que a Justiça determine a abertura das estradas e demais áreas de acesso comum, como estradas, ramais de uso comunitários e margens do rio Acará e Igarapés, incluindo a retirada das placas proibitivas de caça e pesca, base de subsistência de dezenas de povos, permitindo o livre acesso às comunidades tradicionais.

Além disso, solicita que o Estado do Pará e o Iterpa reconheçam a propriedade coletiva da terra rural aos quilombolas sob a região controlada pela Agropalma. Determina, ainda, multa de R\$ 10 mil em caso de descumprimento. Segundo a ação judicial, esse conflito teve início na década de

1980, quando quilombolas começaram a ser expulsos da região.

"O conflito tem origem nas disputas pelas terras públicas hoje controladas pela Agropalma, envolvida em prática de grilagem desse mesmo território. Desde 2016, tramita no Iterpa o processo administrativo de regularização fundiária, iniciado com relatos de que os povos tradicionais começaram a serem expulsos de suas áreas por volta de 1980 por fazendeiros e, posteriormente, pela própria empresa", informa o documento.

A Defensoria Pública do Estado acompanha o caso desde 2020. "Nessa área estão localizadas moradias e outros símbolos importantes para comunidades quilombolas, como cemitérios, que estão sob controle da empresa. O Iterpa abriu processo de regularização fundiária, mas não o concluiu, o que tem causado esses conflitos agrários, já que há um movimento de retomada do território", diz a defensora pública Andréia Macedo Barreto, da Defensoria Agrária de Castanhal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- Na Sessão Tribunal Pleno, realizada quarta-feira, 9, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, anunciou que 145 unidades de primeiro grau irão receber o selo Unidade de Alta Produtividade por atingirem as respectivas metas mensais de baixa processual fixadas para o período de julho a dezembro de 2021. Além disso, 31 unidades judiciárias de primeiro e segundo graus serão certificadas pelo alcance superior a 90% no Índice de Eficiência Judiciária (IEJud).
- Icoaraci lança Campanha de Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil. A campanha é resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará com a Polícia Militar do Estado do Pará, Conselho Tutelar de Outeiro, fundação papa João XXIII, Administração Regional de Outeiro, Polícia Civil e Governo do Estado. Abordagens diretas nas ruas de Icoaraci, feitas por agentes de proteção do Comissariado da Infância e Juventude e o pelo Conselho Tutelar são algumas das ações previstas para o decorrer da campanha.
- Mais de 40 magistrados, magistradas, servidores e servidoras de 26 unidades judiciárias participaram da Visita Institucional Virtual na 15ª Região Judiciária do Pará com a presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro. A região congrega as Comarcas de Alenquer, Almeirim, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. O primeiro encontro ocorreu, no dia 4, na 16ª Região Judiciária, que abrange as unidades judiciárias das Comarcas de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e o Termo Judiciário de Aveiro.
- Com o objetivo de conscientizar acerca da necessidade de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação no Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove o Seminário de Combate ao Assédio e à Discriminação no Poder Judiciário, no próximo dia 16. O evento será virtual sem necessidade de inscrição. Podem participar tanto o público interno do Judiciário como integrantes do sistema de Justiça e população em geral. Na ocasião, serão apresentados os dados da pesquisa sobre assédio realizada em 2020. A transmissão do evento será realizada no canal do CNJ do Youtube.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

ALEPA REALIZARÁ SESSÃO ESPECIAL PELOS 74 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL NO PARÁ

A presidente do Tribunal Regional do Pará (TRE do Pará), desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, esteve na última terça na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) para uma visita de cortesia ao presidente da casa, deputado Chicão, que estava acompanhado pelos parlamentares Eraldo Pereira, Ana Cunha e José Maria Tapajós. Entre outros assuntos, ela destacou os 90 anos da Justiça Eleitoral brasileira, que serão celebrados dia 24; e sobre as principais obras da atual gestão. Ao final a desembargadora entregou ao presidente da Alepa o Plano Integrado das Eleições (PIE 2022), que agradeceu a visita e informou que pretende propor uma sessão especial para celebrar o aniversário de 74 anos da Justiça Eleitoral no Pará.



Advogado coordena obra sobre 55 anos do Código Tributário Nacional

O prof. Dr. Bruno Soeiro Vieira, advogado, tributarista e urbanista paraense coordenou outra importante obra jurídica "Código Tributário Nacional: 55 anos, Reflexões e Desafios". O livro presta homenagem aos 55 anos do Código Tributário Nacional, contando com a contribuição de grandes tributaristas que atuam em diversos estados do Brasil, com prefácio do ilustre jurista baiano Edvaldo Brito. A obra também conta com artigos dos mais importantes tributaristas do Pará.



Eduardo Imbiriba recebe carteira de "Presidente da OAB-PA"

No último dia primeiro de fevereiro, durante a diplomação e posse das conselheiras e conselheiros federais da OAB-PA, realizada na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília, o presidente da Ordem no Pará, Eduardo Imbiriba, recebeu das mãos do advogado Beto Simonetti, novo presidente da OAB Nacional, a carteira de "Presidente da OAB Pará".

Sérgio Pinheiro reconduzido ao Conselho Federal da OAB

O advogado Sérgio Pinheiro foi reconduzido ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o triênio 2022-2025. A diplomação do advogado ocorreu na sede da OAB Nacional, em Brasília, na última terça-feira, 01. O conselheiro, que atua na seara Eleitoral e Administrativa, vem dividindo seu tempo entre Belém e Brasília, onde possui forte atuação nos Tribunais Superiores e autarquias federais.



MATERNIDADE



Promotor Militar na inauguração do Batalhão de Ações com Cães da PM

O promotor militar Armando Brasil participou na última segunda-feira da inauguração, feita pelo governador Helder Barbalho, do novo complexo do Batalhão de Ações com Cães (BAC) que agora conta com maternidade canina com aparelhos de última geração, como raio X e tomógrafo. Na foto, Brasil aparece entre os coronéis Luís Marcelo e Leonardo Franco, e com o 1º sargento Humberto, instrutor de policiamento com cães.

Previdência: presidente do Igeprev palestra no Conaprev e lista avanços

O presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev), Giussepp Mendes palestrou na 72ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), realizada em Macaé, na última quinta e sexta-feira. Mendes abordou as ações de controle interno, governança corporativa e educação previdenciária adotadas na sua gestão, desde 2020. Entre 2017 e 2021, o Igeprev registrou aumento mais de 3 vezes as análises de concessões de benefícios e foi certificado como Nível II no Programa Pró-Gestão RPPS, do Ministério do Trabalho e Previdência, colocando o Igeprev entre os melhores órgãos de gestão previdenciária do Brasil.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Três mortos em operação no RJ eram faccionados do Pará e estavam foragidos da Justiça

12 FEV 2022 - 23H53 | ATUALIZADO 12 FEV 2022 - 23H55 | Compartilhar 147



Crédito: Reprodução/Redes Sociais

A operação policial realizada na sexta-feira, 11, na Vila Cruzeiro, no estado do Rio de Janeiro, resultou em nove mortos. De acordo com a Polícia Militar do Pará, três deles eram foragidos da Justiça do Pará e estavam escondidos na comunidade do Complexo da Penha, localizado na zona Norte do Rio.

De acordo com a PM, os criminosos paraenses são: Diego Calado da Silva, de 32 anos, o G Calado; Rafael Santana da Conceição, de 31 anos, o M5; e Luiz Carlos Santos Miranda, de 42 anos, o Poney. Todos eles eram integrantes da facção criminosa Comando Vermelho em Belém, conforme informou a PM.

Segundo informações das autoridades paraenses, os criminosos teriam fugido para o Rio de Janeiro e estavam escondidos na Vila Cruzeiro após expedição do mandado de prisão pela Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os outros seis mortos durante a operação também integravam o Comando Vermelho, de acordo com a PM. São eles: Wagner da Silva Teixeira Torres, 28 anos, conhecido como VG ou Escobar, suspeito de tráfico e homicídio; Rodrigo Gonçalves, de 38 anos, conhecido como Velho ou Diguinho da 29; Wilson da Silva Júnior, de 32 anos, o Juninho Play, gerente da Rua 12; Jorge Martins Junior, de 43 anos, foragido da Justiça desde 2018; Jailzo Luis da Silva, de 32 anos, conhecido como Pará e; Fabrício Ramos de Paiva, de 35 anos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Professor acusado de estuprar alunas de 8 e 9 anos é condenado a 32 anos de prisão no Pará

🕒 11 FEV 2022 - 22:43 | ATUALIZADO 12 FEV 2022 - 01:03 | [Compartilhar 0](#)     



Crédito: Reprodução/Correio de Carajás

O professor Marcos Vinícios da Costa Araújo, que trabalhava na rede pública municipal de ensino de Marabá, sudeste paraense, foi condenado a 32 anos e 6 meses de prisão por estupro de vulnerável cometidos contra sete ex-alunas, com idades entre 8 e 9 anos. Segundo informações, as investigações sobre os casos iniciaram em 2019, e a sentença do acusado saiu esta semana. O réu, que ainda se encontra em liberdade, terá a chance de recorrer da sentença.

O professor havia sido preso no dia 17 de dezembro de 2019, onde permaneceu por aproximadamente um ano, porém, acabou sendo colocado em liberdade por excesso de prazo (na prisão). À época, o caso abalou toda a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sociedade marabaense, fazendo com que o Poder Judiciário acatasse os pleitos da acusação e condenasse Marcos.

Segundo o advogado de acusação que representa uma das vítimas, Raphael Braz, os crimes atribuídos ao professor foram praticados durante todo o ano de 2019. O advogado explica ainda que, além das sete alunas, o docente foi condenado também por ter induzido um aluno a presenciar os atos praticados por ele.

Conforme se pronunciou a defesa de Marcos Vinícius, é “importante mencionar que sempre respeitamos decisões judiciais, todavia o acusado já interpôs o recurso cabível, previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, onde o acervo probatório será reapreciado por três desembargadores, que podem inclusive absolvê-lo. Ressaltamos ainda que foi concedida a liberdade provisória do acusado, estando inteiramente à disposição da justiça”, disse a nota.

Entenda o caso

De acordo com a decisão judicial, oito crianças denunciaram o professor, mas, uma delas desistiu das acusações durante o período de instrução do processo. As outras sete vítimas mantiveram a denúncia. Marcos Vinícius é acusado de acariciar crianças durante a aula. Segundo o documento, o professor se dirigia até a carteira escolar das vítimas, e também reunia as crianças debaixo da mesa e cobria com um casaco, para esconder os abusos que ele cometia.

Com informações do Correio de Carajás.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RECOMENDAÇÃO

MP cobra prefeitos de Belém e Ananindeua por atrasos em acordo sobre aterro de Marituba

O aterro deve funcionar até 31 de agosto de 2023

11 FEV 2022 - 17H47 | ATUALIZADO 12 FEV 2022 - 00H48 | [Compartilhar 12](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#)



Crédito: Reprodução/MPPA

O Ministério Público do Estado do Pará expediu uma recomendação conjunta aos municípios de Belém, Ananindeua e ao Estado na última quinta-feira, 10. Ao todo, cinco promotores e um procurador de Justiça assinam a recomendação requerendo a adoção de providências, para que entreguem os seguintes produtos: Diagnóstico, Diagnóstico Social, Avaliação Territorial e Projeto de Implementação e Ampliação da Coleta Seletiva, bem como realizem as duas reuniões bimestrais pendentes até o momento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A recomendação considera o acordo que foi firmado entre as partes, em agosto de 2021, determinando as obrigações de cada prefeitura e do governo estadual. Neste acordo estão previstas as reuniões bimestrais, que ainda não foram realizadas. Assim como considera, os danos socioambientais e morais sofridos há anos pelo meio ambiente e pela sociedade de Marituba, causados pelo funcionamento irregular do Aterro Sanitário.

Além disso, o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público do Estado do Pará (GATI), expediu uma Análise Técnica indicando a necessidade de atenção com o cronograma previsto, tendo em vista o prazo de vigência do Aterro Sanitário, que deve funcionar até 31 de agosto de 2023. Ou seja, resta apenas um ano e meio para que os Municípios e o Estado tomem a decisão técnica viável.

Com informações do MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SENTENÇA ANULADA

Ex-PM envolvido na 'chacina de Outeiro' é julgado pela segunda vez em Belém

🕒 11 FEV 2022 - 12H10 | ATUALIZADO 11 FEV 2022 - 12H41 | [Compartilhar](#) 9



Crédito: Reprodução/Ascom TJPA

O ex-policial Jamerson Allan da Silva Moraes acusado de matar quatro pessoas em Outeiro será julgado nesta segunda-feira, 14, no Fórum Criminal da Cidade Velha, em Belém. O julgamento deve iniciar por volta 8h.

Em conversa com o Portal Roma News, o presidente do instituto Vida Pará, Nazareno Lobato, contou que Jamerson já havia sido condenado, mas sentença

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

foi anulada. “Ele está foragido desde 2017. A sentença foi anulada e o júri vai acontecer novamente nesta segunda-feira”, contou.

Anteriormente, o juiz Cláudio Henrique Rendeiro, titular do 4º Tribunal do Júri de Belém, o Conselho de Sentença decidiu pela condenação do ex-policial Jamerson Allan da Silva Moraes e a perda do cargo da PM. Os jurados também reconheceram o réu como o autor do crime de ameaça contra Yasmin da Silva Bezerra, sendo aplicada a pena de 22 anos por cada homicídio e quatro meses por ameaça.

RELEMBRE O CASO

O caso aconteceu por volta de 1h da manhã no dia 04 de maio de 2015, na Rua das Mangueiras, no Distrito do Outeiro, na Região Metropolitana de Belém, e resultou na morte de José Alexandre dos Santos Silva, 42 anos; Luiz Henrique Correa Santos, 40 anos; João Fernandes das Chagas, 58 anos; e Natalina Silva do Amaral, 35 anos.

O grupo de feirantes estava comemorando a vitória do seu clube com churrasquinho na casa da Natalina. As vítimas José Alexandre e Luiz Henrique, que tentaram correr do atirador, foram atingidas e morreram no local, Natalina chegou a ser socorrida e levada para um hospital, mas, foi a óbito sete dias depois. João Henrique também foi socorrido, mas não resistiu e morreu no mesmo dia.

Jamerson afirma que agiu em legítima defesa, por conta de os feirantes tentarem agarrá-lo e espancá-lo.

Com informações da Ascom TJPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Professor acusado de abusar das próprias alunas é condenado 32 anos de prisão

O réu ainda está em liberdade e agora será aberto prazo para que a defesa recorra da sentença



O Liberal

11.02.22 20h37



Entre os colegas de trabalho, Marcos não levantava nenhuma suspeita. (Reprodução / Correio de Carajás.)

O professor da rede pública municipal de Marabá, Marcos Vinícius da Costa Araújo, foi condenado a 32 anos e 6 meses de prisão por estupro de vulnerável contra sete ex-alunas, com idades entre 8 e 9 anos. Os casos começaram a ser investigados em 2019, e a sentença saiu esta semana. O réu ainda está em liberdade e agora será aberto prazo para que a defesa recorra da sentença. As informações são do Correio de Carajás.

Marcos Vinícius havia sido preso no dia 17 de dezembro de 2019 e ficou na cadeia por cerca de um ano, mas acabou posto em liberdade por excesso de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

prazo (na prisão). De acordo com a reportagem do Correio, o advogado Raphael Braz, que atua no caso como assistente de acusação da família de uma das vítimas, declarou que o abalou toda a sociedade marabaense, de modo que o Poder Judiciário acatou os pleitos da acusação e condenou o professor.

O advogado observou que os crimes atribuídos ao professor foram praticados durante todo o ano de 2019. Raphael Braz explicou ainda que além das sete alunas, o professor foi condenado também por ter induzido um aluno a presenciar os atos que ele praticava.

“Muito embora essa sentença acalente um pouco os corações dos familiares, que muito sofreram e até hoje sofrem com os reflexos de todo mal causado por ele (o réu), nós ainda buscaremos tanto pela sua prisão quanto pelo cumprimento integral da pena imposta pelo Poder Judiciário”, afirmou Braz.

A defesa de Marcos Vinícius emitiu nota à reportagem do Correio de Carajás afirmando ser “importante mencionar que sempre respeitamos decisões judiciais, todavia o acusado já interpôs o recurso cabível, previsto no Código de Processo Penal Brasileiro, onde o acervo probatório será reapreciado por três desembargadores, que podem inclusive absolvê-lo. Ressaltamos ainda que foi concedida a liberdade provisória do acusado, estando inteiramente à disposição da justiça”. O posicionamento é assinado pelos advogados Odilon Vieira Neto e Marizete Corteze Romio.

Entenda o caso

Segundo o que consta na decisão judicial, das oito crianças que denunciaram o professor, apenas uma desistiu das acusações durante o período de instrução do processo. As demais mantiveram. Marcos Vinícius é acusado de acariciar crianças durante a aula, indo até a carteira escolar delas, e também reunia as vítimas debaixo da mesa e cobria com um casaco, para encobrir os abusos que praticava. Quando o caso veio à tona, o professor foi preso preventivamente por decisão judicial.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O mandado de prisão foi cumprido pelos policiais civis lotados na Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca). Na época, a investigação contou com o apoio da psicóloga Rafaela da Paixão Gurjão, do Pará-Paz, que fez a escuta especializada e tratamento psicológico com todas as crianças.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça suspende decisão que mandava polícia apurar se quilombolas cometeram crime ambiental no Pará

Defensoria Pública recorreu da determinação que atendia pedido da empresa Agropalma. Tensão em área controlada pela empresa ocorre desde a reocupação por quilombolas, há uma semana.

Por g1 Pará — Belém

12/02/2022 19h41 · Atualizado há um dia



Área dentro de fazenda controlada pela Agropalma, onde quilombolas iniciaram acampamento. — Foto: Reprodução / Agropalma

A Justiça do Pará suspendeu neste sábado (12) uma decisão judicial da 1ª Vara Cível e Criminal de [Tailândia](#), nordeste do Pará, que [determinava que a polícia investigasse se quilombolas](#) acampados na reserva “Roda do Fogo” estavam cometendo crime ambiental.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão do juiz Arielson Ribeiro Lima acatava um pedido da Agropalma, S.A., fornecedora de óleo de dendê no Pará. Mas a Defensoria Pública do Estado (DPR) recorreu em 2º grau e o desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior concedeu *Habeas Corpus* Coletivo em favor dos membros da Associação Quilombola, suspendendo a decisão anterior.

Até a noite deste sábado, a Agropalma não foi notificada sobre a suspensão. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) não informou se foi notificada e se alguma equipe policial já tinha sido encaminhada ao local.

O desembargador aceitou o argumento da DPE de haver coação na decisão e de não ter detalhes sobre quais crimes os quilombolas teriam cometido

"Plausível, portanto, é a ilegalidade na ameaça à coação à liberdade de locomoção dos pacientes", consta na decisão.

A [área ocupada por cerca de 70 remanescentes de quilombo](#) fica localizada a 12 quilômetros da comunidade Vila Palmares, na divisa entre [Acará](#) e [Tailândia](#). A empresa diz que "está sofrendo processo de invasão".

No pedido à Justiça, a Agropalma alegava que os "quilombolas estão promovendo crimes ambientais". Ao **g1**, os quilombolas disseram que retiraram mato para montar acampamento.

Segundo a defensora pública Andreia Macedo Barreto, da Defensoria Agrária de Castanhal, a movimentação jurídica entre quinta e este sábado não alteram o andamento [da ação civil pública](#) ajuizada pela DPE.

"Essa decisão deste sábado tem natureza criminal. Não faz parte da Ação Civil Pública, que tem natureza não criminal. Mas há reflexos, porque a empresa usou uma medida criminal para despejar pessoas, o que é discutido na Ação Civil pública", explicou a defensora.

A Defensoria ajuizou [a ação](#) contra a empresa Agropalma e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) pedindo livre acesso na área e que seja reconhecida a "propriedade coletiva da terra rural aos quilombolas sob a região controlada pela empresa". O Ministério Público do Pará (MPPA) também entrou com ação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na próxima quinta-feira (17) uma audiência pública deve ser realizada para debater a situação.

Conflito acirrado com vala

Neste sábado, a Agropalma [cavou uma vala com 2 metros de profundidade na área, e o bloqueio do acesso de quilombolas à fazenda foi acirrado.](#)



Barricada aumenta tensão em área de conflito entre quilombolas e empresa no PA

Imagens feitas pelos quilombolas mostram a vala cavada com ajuda de retroescavadeiras, no entorno da vila, para impedir que quilombolas acessem à área, onde a empresa cultiva plantações de dendê. Vigilantes armados permanecem nos acessos à estrada. Caçambas foram deixadas atravessadas.

Por estrada, a distância entre a referida área e a comunidade quilombola Vila Palmares, é de 12 km. O transporte agora só pode ser feito em pequenas embarcações - viagem que dura cerca de três horas pelo rio [Acará](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Justiça suspende determinação para que quilombolas fossem investigados no PA

O território é o mesmo onde as comunidades quilombolas foram expulsas no fim da década de 1980 e onde mantém um cemitério, na divisa de [Tailândia](#) e [Acará](#). Anualmente, ao irem até o local fazer limpeza e celebrar o Dia dos Finados, os quilombolas enfrentam seguranças patrimoniais da empresa.

Desde domingo (6), cerca de 70 remanescentes de quilombo decidiram reocupar a área da fazenda, que teve matrícula cancelada em 2018. No entanto, eles se depararam com seguranças armados, encapuzados, além de escavadeiras e contêineres para impedir a ocupação.

A Agropalma disse, em nota, que "confia que a Justiça reconheça a ilegalidade da ação de ocupação de uma área da empresa por um pequeno grupo de pessoas" e que "nunca impôs e nem imporá qualquer ação que implique em violência física".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Quilombolas realizam limpeza de cemitério que fica dentro de área controlada pela Agropalma no Pará, em outubro de 2021. — Foto: Reprodução / Associação dos Remanescentes de Quilombos Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do Acará

Para Joaquim Pimenta, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos Comunidade da Balsa, Turiaçu, Gonçalves e Vila Palmares do Vale do [Acará](#), a ação da empresa é uma tentativa de reintegração de posse.

O Iterpa disse, em nota, que "reuniu em dezembro do ano passado com o Ministério Público e a associação quilombola para discutir as demandas do grupo".

Entenda o caso

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ocupação da reserva iniciou no domingo, 6 de fevereiro. Desde então, há clima de tensão no local.

Por ordem da Agropalma, foram enviadas ao local do acampamento retroescavadeira e contêineres para bloquear área reocupada por remanescentes de quilombo. Empresa alega que o espaço foi invadido.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br